UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANA CAROLINE ALCÂNTARA GREGÓRIO

**MULHERES NEGRAS NA MÍDIA BRASILEIRA: O CASO MARIA JÚLIA
COUTINHO E A NECESSIDADE DA APLICABILIDADE DA LEI 7.716/89.**

Juazeiro do Norte
2019

ANA CAROLINE ALCÂNTARA GREGÓRIO

MULHERES NEGRAS NA MÍDIA BRASILEIRA: O CASO MARIA JÚLIA
COUTINHO E A NECESSIDADE DA APLICABILIDADE DA LEI 7.716/89.

*Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em
Direito do Centro de Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito
para a obtenção do grau de bacharelado em Direito.*

Orientador: Pedro Adjedan David de Sousa

Juazeiro do Norte
2019

MULHERES NEGRAS NA MÍDIA BRASILEIRA: O CASO MARIA JÚLIA COUTINHO E A NECESSIDADE DA APLICABILIDADE DA LEI Nº 7.716/89

Ana Caroline Alcântara Gregório¹
Pedro Adjedan David de Sousa²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar a representação das mulheres negras em espaços midiáticos, com o recorte para o Caso Maju, e a urgência da aplicabilidade da Lei 7.716/89 para combater e punir práticas racistas, bem como discutir as diferenças entre os tipos penais, Crime de racismo e Injúria racial, por meio de comentários na internet, e tomando como análise a interpretação da lei citada sobre a presença representativa da jornalista Maria Júlia Coutinho no meio televisivo. O presente trabalho será realizado através do levantamento de enunciados colhidos a partir de materialidades textuais, tais como textos teóricos sobre racismo e representação racial na mídia, livros, artigos científicos que retratam a temática a ser estudada, a Legislação e a Constituição Brasileira. Este trabalho é de natureza explicativa, que tem como função investigar e explicar fatores que interferem no acontecimento dos fenômenos sociais. A pesquisa também apresenta características de uma pesquisa bibliográfica, tomando como fonte estudos que vieram antes para compor as análises e os fatos aqui debatidos. As análises propostas nesta pesquisa contribuem para compor o leque de estudos a respeito da representação de grupos minoritários, com recorte para pessoas negras. Esse tema foi escolhido por sua relevância em meio à sociedade racista brasileira, e como crítica à ineficácia das leis anti-discriminação.

Palavras-chave: Representação. Lei 7.716/89. Aplicabilidade. Maju. Racismo.

ABSTRACT

This research aims to address the representation of black women in media power spaces, with clipping for Maju Case, and the urgency of the applicability of law 7.716/89 to combat and punish racist practices, as well as discuss the differences between the criminal types, crime of racism and racial injury, through comments on the internet and taking as its analysis and the interpretation of the law cited about the representative presence of journalist Maria Júlia Coutinho in the television medium. The presente work will be accomplished through the survey of statements collected from textual materialities, such as theoretical texts on racism and racial representation in the media, books, scientific articles dealing with the subject to be studied, the Legislation and the Brazilian Constitution. This work is explanatory in nature and its function is to investigate and explain factors that interfere with the occurrence of social phenomena. The research also presents characteristics of a bibliographic research taking as source of studies that came before to compose the analyzes and the facts debated here. The analysis proposed in this research contribute to compose the range of studies about the representation of minority groups, with clipping for black people and how these make up the media power field. This theme was chosen for its relevance to brazilian racist society and as a criticism of the ineffectiveness of anti-discrimination laws.

Keywords: Representation. Law 7.716/89. Applicability. Maju. Racism.

1 INTRODUÇÃO

¹Discente do curso de Direito da UNILEÃO. E-mail: carol_alcantara03@hotmail.com

²Docente do curso de Direito da UNILEÃO. E-mail: pedroadjedan@leaosampaio.edu.br

Quando se pensa sobre grupos minoritários, é inevitável notar a escassez das representações de pessoas negras em espaços de destaque, construída ao longo do tempo através de um maquinário racista que interpreta essas pessoas, estigmatizadas pela cor, como subalternizados.

A mídia, como um desses espaços, e por estar preocupada apenas com a propagação da opinião de grupos hegemônicos – homens brancos, burgueses, cristãos e heterossexuais, acaba privando a inserção de segmentos excluídos da sociedade, tanto no campo físico quanto no campo narrativo e representativo, impedindo-os de criar discursos a respeito de si, bem como de ocupar lugares que são demonstrados por um vazio que foi resultado de uma exclusão histórica.

Discutir a respeito do racismo, de maneira geral, é, antes de tudo, reconhecer o peso histórico que existe por trás dessa palavra. No Brasil, as práticas racistas se estruturam desde o período de escravização dos/as africanos/as que foram sequestrados de seus países, cidades, aldeias e comunidades, mais precisamente pela primeira metade do século XVI. A dignidade humana dos povos escravizados lhes é roubada já no processo de extração desses povos do seu lugar de vivência, de suas línguas e manifestações religiosas, sendo afastados da família, dos amigos, dos costumes, da própria cultura³.

Essa gente, que foi integrada na sociedade brasileira de forma animalizada, coisificada, pois foram destituídos da condição de ser humano, acabam por preencher a ausência de trabalhadores nas lavouras de cana de açúcar, café, algodão e outros produtos da manufatura, bem como se tornam corpos sexualmente violentados pelos senhores de engenho, no caso das mulheres negras escravizadas. O domínio desses corpos era corroborado pela Igreja Católica e pelo Estado, pois o crescimento econômico, nessa época, existia em detrimento da liberdade do homem negro, que se encontrava escravizado⁴.

É interesse observar que, desde a primeira Constituição Federal brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, havia, em seu Artigo 179, inciso XIII, a máxima de que a Lei será igual para todos, para proteger ou punir quem não se adequar a ela. Entretanto, esse pensamento de igualdade não se aplicava a pessoas negras, pelo contrário, ele fazia com que seus corpos virassem facilmente propriedade dos senhores de engenho⁵. Sendo assim, é de

³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴ SILVA, Amaury; SILVA, Artur Carlos. **Crimes de racismo**. Leme: J.H. Mizuno, 2012.

⁵ CIABATTARI, Bianca Bôa Sorte. **Injúria racial e crime de racismo: Histórico e Distinções**. Monografia do Curso de Direito. Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo”. São Paulo. 2016.

suma importância entender que as relações escravocratas do início do século XVI, pautadas em princípios de igualdade, construíram a mentalidade escravista que, ao decorrer deste artigo, mostraremos que perdura até os dias atuais.

Com base nesse entendimento sobre racismo, o presente trabalho tem como intuito abordar a representação social de mulheres negras no campo midiático, investigando a aplicabilidade da lei contra crime de racismo⁶ e injúria racial nos ataques racistas, por meio de comentários na internet tomando como análise a interpretação da lei citada sobre a presença representativa da jornalista Maria Júlia Coutinho no meio televisivo.

Falar sobre representação de mulheres negras é, antes de tudo, interpretar de que forma e quando essas mulheres apareceram em esferas públicas. O material midiático ao qual temos acesso, hoje em dia, as retrata, desde o início, de forma hipersexualizada, com estereótipos negativos e contribuindo com aspectos nocivos à construção da identidade negra feminina.

Quando se discute a respeito dessa representação em espaços hegemônicos, compreende-se que foi este foi construído para privar o acesso de grupos minoritários, seus discursos e corpos marginalizados. Em se tratando de mulheres negras, que por séculos tiveram sua imagem associada à negatividade, Carneiro (2003) as aponta como “anti-musas” da mídia brasileira, e que esta contribuiu com a perpetuação de estereótipos racistas referentes à identidade negra, atingindo diretamente as mulheres, que passaram a ter suas autoestimas destruídas, interrompendo um longo processo de aceitação, consequência dos padrões racistas de beleza. Logo, o alvo primordial das ferramentas midiáticas é o cabelo afro, que destoa do padrão branco estabelecido como beleza universal.

Dentro desse campo da mídia, segundo a revista *NaTelinha*, “em termos de representatividade, a primeira mulher negra a aparecer no noticiário foi Glória Maria, como repórter em 1977”⁷. Isso demonstra como o racismo atua na sociedade, dificultando oportunidades para pessoas negras, e trabalhando com resquícios do período de escravização.

Trazendo para os dias atuais, precisamente para o dia 13 de fevereiro do ano corrente, quando a revista supracitada veicula a notícia de que Maria Júlia Coutinho seria a primeira mulher negra a apresentar o jornal de maior destaque do país, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, podem-se observar criticamente os mecanismos do racismo que impediram, por tanto tempo, uma mulher negra ocupar esse cargo, visto que só em 2019 essa representação passou a existir no campo material, concreto.

⁶ Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

⁷ Disponível em: natelinha.uol.com.br/televisao/2019/02/13/maria-julia-coutinho-sera-a-primeira-mulher-negra-na-bancada-do-jornal-nacional-124812.php. Acessado em: 24 de fevereiro de 2019.

A mesma revista relata que Maria Júlia sofreu ataques racistas em 2015, quando apresentava a previsão do tempo no Jornal Nacional, e isso acarretou a criação da campanha “Somos Todos Maju”, com a participação em massa de personalidades globais do Brasil. Esse fato demonstra como uma parcela racista da sociedade ainda se revolta com a presença de grupos minoritários nessas esferas de formadores de opiniões. Foram esses ataques que impulsionaram o interesse de construir este trabalho, vide a urgência de debater sobre a aplicação da Lei 7.716/89 (Lei Caó) e os mecanismos racistas que cerceiam pessoas negras através de um discurso colonial.

O presente trabalho intenta compor um leque de estudos a respeito da representação de grupos minoritários, com recorte para pessoas negras, e como estas compõem o campo de poder midiático. Esse tema foi escolhido por sua relevância em meio à sociedade racista brasileira e por dar continuidade aos debates sobre representatividade.

O projeto terá por função contribuir no debate no que diz respeito à construção da subjetividade através da mídia, e de assimilar a representatividade da mulher negra na contemporaneidade, bem como demonstrar se há ineficácia ou não quanto a aplicabilidade da Lei Caó no âmbito de mídias sociais, visto que os ataques racistas contra Maju Coutinho partem desse terreno digital.

Com base nisso, ainda discutimos como a mídia é responsável por contribuir com o imaginário racista e perpetuá-lo através da negação de pessoas negras aos espaços de poder, visto que é o que se vê no campo do jornalismo, a exemplo da ausência, por anos, de uma representação negra apresentando em um lugar tão relevante como o Jornal Nacional.

A reflexão proposta aqui é fruto da necessidade de elucidar a intenção do veículo midiático citado a cima ao escolher uma mulher negra alvo de racismo, e como esta escolha suscitou, novamente, o debate sobre a importância de medidas punitivas contra crimes raciais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa será realizada através do levantamento de enunciados colhidos a partir de materialidades textuais, são elas: textos teóricos sobre racismo e representação racial na mídia, bem como livros, artigos científicos que retratam a temática a ser estudada, a Legislação e a Constituição Brasileira.

O presente trabalho é de natureza explicativa, cuja função é investigar e analisar fatores que interferem no acontecimento dos fenômenos aqui estudados, e por isso é o que

intensifica o conhecimento da realidade. A pesquisa também apresenta características de uma pesquisa bibliográfica a qual, segundo Severino⁸,

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

No que diz respeito à abordagem, a pesquisa será qualitativa, tendo em vista que busca apresentar aspectos inconstitucionais na aplicação do texto legal abordado no presente trabalho, desconsiderando qualquer aspecto numérico.

Nesse sentido, Elaine Linhares⁹, destaca que:

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

É importante destacar que a presente pesquisa, identificada dentro dos moldes de uma pesquisa qualitativa, levanta questões e reflexões a respeito de um tema de interesse social, que é como o grupo marginalizado de pessoas negras está inserido na sociedade brasileira, bem como suscitar uma análise das leis que amparam o mecanismo de racismo histórico e institucional que esse povo sofreu e ainda sofre hoje em dia. Portanto, concorda-se com a autora supracitada nesses aspectos e, também, no que diz respeito à falta de preocupação da representatividade numérica.

3 QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DAS LEIS E O PARADOXO DE UM ESTADO LIBERAL

⁸ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, p. 122. 2007.

⁹ SANTOS, Elaine de Melo Lopes dos. **Racismo e injúria racial sob a ótica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. 95 f.. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, p.11. 2010.

Esta seção, por meio de uma breve recapitulação das leis que intentaram abranger as questões étnico-raciais no Brasil, terá como foco discutir, não amplamente, sobre a mentalidade (escravista) do país no que tange a posição de pessoas negras na sociedade.

3.1. Breve histórico

Sob o viés jurídico, os problemas vividos pelos afro-brasileiros expõem um ordenamento formado por regras impostas pelas classes privilegiadas da elite, que exclui essas pessoas das participações do poder político¹⁰. Quando se retoma o período de escravização, têm-se leis esparsas nas normas das Ordenações, relacionadas aos escravizados, bem como o Código de Processo Criminal, Código Criminal, Codificação das Leis Civis, entre outros.

Para arremedar o ordenamento jurídico que vigorava em Portugal, surge as Ordenações Afonsinas, a partir de 1446, cujo objetivo era ratificar o Estado Nacional, principalmente a Igreja Católica. Depois de algum tempo, após a revisão dessas Ordenações, aparecem as Ordenações Manuelinas como uma forma de substituir as primeiras. Nessas novas disposições, era previsto ao negro escravizado, caso houvesse crime de furto de uma quantia menor que R\$ 400,00 réis, que sua orelha fosse arrancada, fora a submissão aos açoites.

Vigorando a partir do ano de 1603, as Ordenações Filipinas, em contrapartida às proposições das ordenações anteriores que não existiram na prática, vigeu, efetivamente, no Brasil¹¹. Todas essas ordenações assentaram as ordenações Manuelinas e agregaram algumas outras normas, apresentando, no que tange os escravizados, a respeito da questão de liberdade, da alforria, violência sexual, o batismo e a interdição do “viver sobre si” mesmo.

Sendo assim, conforme disposto nas Ordenações Filipinas, a posição hierárquica de maior destaque era preenchida pelo rei, o qual possuía poder soberano corroborado pelas estruturas jurídicas vigentes na época. Com base nisso, a legislação da época era composta pela característica da ambiguidade, visto que poderia ser interpretada de maneira a beneficiar os escravizados, fornecendo-lhes mais autonomia, ou lesá-los, cerceando seus direitos, que existia em detrimento do direito de propriedade exercido pelos senhores de engenho, que se destacava para fins de exploração e opressão de mão de obra escravizada.

¹⁰ PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo** [S.l.], v. 83, n. ja/dez. 1988, p. 135-90, 1988.

¹¹ Disponível em: www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas--consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484. Acessado em: 24 de set. de 2019.

No período de 1822, ocorre a proclamação da Independência do Brasil, por Dom Pedro I. E apenas na data de 25 de março de 1824, é outorgada a primeira Constituição Federal brasileira. Nesta Carta, notadamente no Artigo 179, estava em vigor que a Lei se apresentaria de forma igual para todos¹². Entretanto, os quesitos para se fazer valer os aspectos da igualdade não contemplavam pessoas negras. Com isso, havia certa legitimação para o uso dos escravizados como coisas, despersonalizados de sua condição de ser humano, legitimação esta que beneficiou unicamente os senhores de engenho, que tinham os escravizados como corpos-objetos.

Dessa forma, a Lei ainda era entendida e utilizada dependendo do sujeito que cometesse o delito. Não obstante a isso, as penas desumanas, como tortura e queimaduras com ferro quentes, causadas nos escravizados, foram eliminadas. Representando uma inovação para a época, houve, em 18 de dezembro de 1830, um avanço no Código Penal do Império. O artigo 14, n. 6, dispunha sobre os castigos que poderiam ser executados pelos senhores de engenho, donos dos escravizados, entretanto, não acontecia nenhum controle eficaz a fim de furtar os negros escravizados de abusos, pois estes eram impedidos de fazer qualquer tipo de denúncia¹³.

De forma geral, as normas do Código Criminal que tinham relação com os negros intentavam reprimi-los de todas as maneiras. A propósito, pode-se exemplificar como uma involução a disposição da pena de açoites, vetada na Constituição de 1824.

Com o objetivo de barrar o tráfico de escravizados, cria-se a Lei Euzébio de Queiroz, em 4 de setembro de 1850. Em um contexto geral, a Lei previa normas para cessar as importações de escravizados por meio de fiscalizações, com o apoio de navios ingleses cuja função era patrulhar e realizar bloqueios, já que os africanos, quando sequestrados de suas comunidades, eram trazidos para o Brasil por meio de rotas marítimas. Com isso, a Lei Euzébio de Queiroz apud Nina¹⁴:

A nova lei concentrava a repressão ao contrabando de escravos no litoral do país e previa o julgamento de vendedores e transportadores por juízes de direito, e não por júri popular, no âmbito da auditoria da Marinha. É bem verdade que vários carregamentos foram apreendidos, com punição severa aos vendedores e comandantes dos navios negreiros. Não faltou nem mesmo a prisão de alguns

¹² SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo et al. **Legislação penal especial, volume 2. 3ª edição**. São Paulo: Saraiva, 2010.

¹³ SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e discriminação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

¹⁴ NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos**. Brasília: p. 77. 2010.

fazendeiros envolvidos no comércio ilegal, que, embora absolvidos, ficavam alijados da concessão de títulos de nobreza.

Acredita-se que, no ano de implementação dessa Lei, cerca de 1.678 escravizados tenham sido presos, bem como os fazendeiros que estavam comprometidos com importação ilegal, porém, estes só tinham seus títulos de nobreza confiscados.

Em 28 de setembro de 1871, é criada a Lei 2.040, conhecida, também, como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco. Segundo ela, todos os filhos de escravizadas nascidos a partir dessa data estariam livres. É importante destacar que essa Lei contempla a ideia de que nenhum negro nasceria sob a égide de escravizado no Brasil, mostrando, de certa forma, o viés hipócrita de um pensamento com raízes escravistas.

Completo os 8 anos de idade dessas crianças, seus senhores tinham duas opções: ressacir esses jovens através de uma reparação paga pelo Estado, deixando que delas cuidasse, oportunidade que os tornaria libertos, ou poderiam fazer uso de sua força de trabalho escravizada até que estivessem com 21 anos de idade. (SILVEIRA, 2006).

A Lei Rio Branco também previa que escravizados tinham autorização para pagar uma indenização para se tornarem livres, ou seja, em troca da carta de alforria. E isso costumava ser aceito de forma pacífica entre os senhores. Caso contrário, os escravizados poderiam usar da justiça para afastar-se dos cuidados desses senhores durante esse período de negação. Nesse tocante, “a lei de 1871 consagrou a luta e os direitos dos escravos em relação ao pecúlio e à indenização forçada.”¹⁵.

Outra Lei muito importante que vigorou no Brasil no período de escravização, foi a Lei dos Sexagenários, que acabou beneficiando apenas idosos escravizados, cuja força física era pouca, estavam com algum tipo de enfermidade e, por isso, eram desvalorizados (SILVA, 2012). Entretanto, apesar de toda precariedade, houve muita resistência partindo dos senhores de escravos contra a aprovação dessa Lei. Também estava previsto que os negros escravizados estariam livres em 13 anos, através do fundo de emancipação.

Muito antes de o sistema escravagista ter sido eliminado, foi severamente criticado e repellido pelos negros e movimentos abolicionistas que almejavam a libertação, buscando, para isso, ancorar-se no judiciário, estudando leis que poderiam auxiliá-los a construir argumentos válidos a respeito da emancipação.

Somando-se a isso, e com o movimento abolicionista ganhando força e resistência, houve pressão sobre o governo brasileiro para abolir, de vez, o sistema escravista, visto que

¹⁵ Ibid. p. 80.

não compensava financeiramente mantê-lo, pois a mão de obra escravizada se tornara mais cara em detrimento das leis abolicionistas que vigoravam no momento. Dessa forma, houve uma valorização da força de trabalho imigrante, já que eram muitos no Brasil e o custo de trabalho era baixo.

Dessa forma, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Imperial Regente e Rodrigo Augusto da Silva, foi sancionada a Lei 3.353, conhecida como Lei Áurea. Depois de dois séculos a escravidão havia deixado de ser institucionalizada. A Lei foi essencial e urgente em sua criação e atuação, como aponta Nina¹⁶:

A Lei extinguindo a escravidão foi assinada em decorrência, não só de pressões externas, mas também internas; do prestígio alcançado pelo movimento abolicionista no país; das constantes fugas dos negros, com a recusa do exército de capturá-los e devolvê-los aos seus donos; e, principalmente, em virtude da concorrência da mão de obra dos imigrantes, barata e abundante.

O resultante da aplicação da Lei foi o não recebimento de indenização dos escravizados para com os ex-senhores, e aqueles também não foram ressarcidos por estes por terem sido sequestrados de sua cidadania, cultura e epistemes¹⁷, ou mesmo por terem sido arduosamente oprimidos quando eram cativos.

Isso mostra que não existiu nenhuma ajuda de políticas públicas, projetos sociais ou leis que inserissem esses povos na sociedade como indivíduos livres, ficando eles subordinados, ainda, aos trabalhos mal remunerados das casas de engenho. O que alguns interpretam como vitória foi, na verdade, a prova de que não era interesse do Estado subsidiar esses corpos que carregam, até hoje, os estigmas construídos pela lógica do processo de escravização.

Quando ocorre a Proclamação da República, datada em 15 de novembro de 1889, ocorre a renovação da Constituição de 1824, já que não estava em acórdância com a nova ordem política. Em 1890, entra em vigor o Código Penal da República, demonstrando algumas mudanças significantes como o reconhecimento do Princípio da Insignificância. Entretanto, mesmo que a discriminação racial fosse uma preocupação social que precisava ser debatida e superada, não havia nada no Código Penal em vigência que pudesse ser usado como proposição a solucionar esse problema.

¹⁶ Ibid. p. 86.

¹⁷ O filósofo francês Michel Foucault explica, em sua obra *Arqueologia do saber* (1969), que „episteme“ significa os diversos saberes (principalmente científico) que são estruturados em uma determinada época.

Pelo contrário, o Código Penal de 1890 retrocedia quanto à superação da discriminação racial, e apresentava um texto de conteúdo racista e segregador, condenando a prática da capoeira, interpretada como “vadiagem”¹⁸ e sendo definida como contravenção penal. Os negros que se enquadravam nesse tipo de conduta, eram principalmente aqueles que vivem como subalternos, em condição de desemprego e mendicância. Também foram proibidas as práticas religiosas do curandeirismo e do espiritismo. Por conta disso, esse Código Penal foi valorado como “intelectualmente inferior ao Código Penal de 1930”¹⁹.

O Estado interpretava a cultura dos afrodescendentes como práticas selvagens, isso fica explícito nas normas do Código Penal que foram feitas justamente para coibir os negros e para que não fossem interpretados como sujeitos perigosos à sociedade. Em 1891, entra em vigência a Constituição Republicana, baseada no pensamento do Código Penal de 1890. Sendo assim, ambas ignoravam a responsabilidade de combater a discriminação racial e de gerir mecanismos que pudessem ser usados para acabar com os resquícios da escravidão, que deixou feridas abertas na existência e na história dos negros e negras.

Apesar dessa fuga da responsabilidade no combate ao racismo havia, no Art. 2º da Constituição, que “todos são iguaes perante a lei”. Consagrando, dessa forma, o Princípio de Igualdade na lei escrita, porém, sabe-se que no campo prático, essa verdade não existia pois não era aplicada nas condutas sociais. É esse Princípio de Igualdade que auxiliará as reflexões e análises que serão levantadas neste trabalho, para que entendamos que o racismo da contemporaneidade tem raízes no passado.

Finalmente, chega-se no Brasil contemporâneo. No dia 16 de julho de 1934, é outorgada uma nova Constituição Federal, chamada também de Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Foi a primeira a refrear a discriminação de raça, pois apresentava em seu texto, no Artigo 113, n. 1, apud Silveira: “1 - Todos são iguaes perante a lei. Não haverá privilégios, nem distincções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões proprias ou dos paes, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéas políticas”²⁰.

Porém, em oposição a essa ideia supostamente progressista, a Constituição também deliberava as disposições de uma educação eugenista. Em uma de suas pesquisas, Goldim explica que o termo “eugenia”, dado por Francis Galton, é “o estudo dos agentes sob o controle

¹⁸ CIABATTARI, Bianca Bôa Sorte. **Injúria racial e crime de racismo: Histórico e Distinções**. Monografia do Curso de Direito. Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo”. São Paulo. p. 18. 2016.

¹⁹ FERREIRA, Aline Albuquerque. **O Brasil e o preconceito: uma análise teórica e crítica da Lei nº 7.716/89 frente à realidade brasileira**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35392/o-brasil-e-o-preconceito-uma-analise-teorica-e-critica-da-lei-n-7-716-89-frente-a-realidade-brasileira>. Acesso em: 01 de out. 2019.

²⁰ Ibid. p. 26.

social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente.”²¹. Ou seja, eugenia é, na verdade, uma seleção de indivíduos pelas suas qualidades genéticas, para separá-los do meio coletivo. É uma espécie de filtro social.

Dessa forma, na mesma Constituição que se exaltava a liberdade, também se exaltava o racismo que partia de uma visão de embranquecimento da população através das práticas eugênicas, mostrando, assim, um paradoxo levantado pelo próprio Estado.

Essas disparidades só ajudaram na criação de um pensamento que corroborou o mito de que existe democracia racial no Brasil, de que não existiam preconceito e distinção de pessoas por conta da cor. Por isso houve um atraso na elaboração de políticas públicas efetivas no combate à discriminação racial. O preconceito só passou a ser inquirido no Código Penal em 1977, sendo abordada como crime a injúria qualificada pela discriminação.

Em 24 de janeiro de 1967, entrou em vigor um novo texto constitucional, que resguardou alguns aspectos benéficos da Constituição anterior, e foi considerada a primeira Carta Magna a, notoriamente, penalizar atos de racismo. Já a Constituição de 1969, complementou seu texto apenas com a ideia de que não haveria tolerância com propagandas com viés de preconceito religioso. No ano que essa Constituição estava em votação, e pela relevância de seu texto, o Brasil foi obrigado a enquadrar penalmente o preconceito racial, como práticas violentas, tinha que assistir as pessoas que sofressem com esses atos.

Chega-se, finalmente, na Constituição de 1988. Esta foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte na data de 22 de setembro do ano citado, e promulgada em 5 de outubro do mesmo ano. Nela, foi integrado um Projeto de Constituição apresentado pelo deputado Carlos Albeto Caó. Com isso, intentava-se considerar a prática do racismo um crime punível com pena de reclusão, sendo inafiançável e imprescritível. Os argumentos de Carlos Alberto Caó (1988) apud Silveira²²:

Passados praticamente cem anos da data da abolição, ainda não se completou a revolução política deflagrada e iniciada em 1888. Pois impera no País diferentes formas de discriminação racial, velada ou ostensiva, que afetam mais da metade da população brasileira constituída de negros ou descendentes de negros, privados do exercício da cidadania em sua plenitude. Como a prática do racismo equivale à decretação da morte civil, urge transformá-lo em crime.

As palavras do deputado despertam reflexões necessárias a respeito de como a mentalidade escravista foi construída e corroborada desde o começo pelas ações do Estado,

²¹ GOLDIM, José Roberto (1998). **Eugenia**. UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

²² Ibid. p. 66.

este que se encontrava em uma situação de paradoxo, já que a Constituição construía uma visão de igualdade entre todos que não se efetivava na prática, muito mesmo em relação à punibilidade das leis contra o racismo. Estas serão debatidas mais à frente, notadamente a Lei 7.716/89.

4 O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

Quando se fala sobre todo o projeto que assevera a criminalização da discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional²³, tenta-se criar proposições sobre a importância desta discussão no âmbito jurídico e, especificamente, no âmbito penal.

Para início de debate, a questão racial no Brasil passa por reconhecimento de estruturas e instituições que normatizam a violência racial, fazendo com que o corpo negro vire alvo das práticas racistas que acabam sendo positivadas pelo Estado, já que este demonstra não se preocupar com a efetivação de ações que tornem o racismo devidamente indamiável e punível, questão esta que iremos analisar no presente trabalho.

Para entender melhor essas afirmações, parte-se da ideia de que o racismo é formado por ideologias que dividem e hierarquizam seres humanos, justificando, assim, relações de poder sobre corpos dominados (corpos negros) e opressão sobre grupos sociais diversificados. Portanto, esta seção se preocupará em explanar as relações entre racismo e seu processo de criminalização até os dias atuais.

Não se propõe discutir todos os aspectos da opressão e depreciação causadas pelo racismo, mas sim observar como essa opressão, que é herança dos tempos coloniais, estreita os caminhos no século XIX com o desenvolvimento da criminologia, esta que vira pano de fundo para consolidar as práticas racistas do século XIX, já que interpretava esses sujeitos subalternizados como delinquentes, como se pode notar em Anitua²⁴:

As preocupações com a salubridade, a sexualidade e, acima de tudo, o controle do ser humano que o século XIX produziria deram fundamento para que fosse afirmada uma „inferioridade“ natural naqueles homens que não compartilhavam as características morais, religiosas, estéticas etc. da burguesia.

²³ Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2019/01/30-anos-da-criminalizacao-do-racismo-no-brasil-lutar-para-avancar/>>. Acesso em 20 de out. 2019.

²⁴ ANITUA, Gabriel Ignácio. **Histórias dos Pensamentos Criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, p. 271. 2008.

Nota-se, portanto, que o Brasil, desde cedo, estrutura suas bases sob o signo da exclusão de grupos que são estigmatizados socialmente, impedindo sua inserção de forma digna na sociedade, bem como criando uma imagem que inferioriza e precariza a vida de pessoas que são marcadas pela sua cor, etnia, raça. Com base nisso, busca-se debater e analisar como surgiu a Lei 7.716/89, como ela funciona em questões de aplicabilidade e efetivação no combate ao racismo.

A Lei que torna o racismo crime inafiançável e imprescritível foi assinada em 5 de janeiro de 1989, pelo então presidente José Sarney. Ela passou a ser conhecida pelo nome do seu autor, Carlos Alberto Caó de Oliveira, jornalista, e militante do movimento negro. Como constituinte, Caó regulamentou o trecho da Constituição no qual torna o racismo crime, bem como lutou para mudar a Lei Afonso Arinos²⁵, que tratava a discriminação racial como contravenção.

Antes disso, é preciso voltar alguns passos para fixar a compreensão de seu surgimento. Em 1988, a Constituição do mesmo ano, Caó expôs o Projeto de Lei nº 668, que intentava em transformar a prática do preconceito racial em crime punível, e justificou, como aponta Carlos Alberto Caó (1988) apud Silveira²⁶:

[...] O negro deixou, sem dúvida, de ser escravo, mas não conquistou a cidadania. Ainda não tem acesso aos diferentes planos da vida econômica e política. É mais do que evidente que as desigualdades e discriminações raciais marcam a sociedade, o Estado e as relações econômicas em nosso país. Passados cem anos da Lei Áurea, esta é a situação real. [...] A Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951, que caracteriza a prática do racismo como contravenção penal, cumpriu à sua época e tempo, o papel de acautelar e diminuir o cometimento odiando do racismo. Torna-se imperiosa, porém, uma caracterização mais realista de combate ao racismo, configurando-o como crime assim definido em lei. Com a prática do racismo, tornando-se crime, e com penas que possam ser sentidas no seu cumprimento, será possível que o Brasil saia do bloco de países discriminadores (embora tenha vergonha de admitir a existência de tipo de discriminação em seu território), porque é cometido nas caladas da noite ou, sorrateiramente, nos balcões de loja, hotéis ou logradouros públicos.

Mesmo sendo discutido intensamente, o Projeto de Lei Caó foi alvo de muitas críticas. Tentou-se afrouxar as punições previstas na Lei. Entretanto, mesmo com o veto de alguns artigos por parte do Presidente da República da época, o projeto foi enfim aprovado, e deu origem ao que hoje conhecemos como Lei nº 7.716, sancionada em 15 de janeiro de 1989, e vigente até os dias atuais.

²⁵ Segundo Ciabattari (2016, p. 21), “a Lei Afonso Arinos, nº 1.390, de 03 de julho de 1951, foi a primeira a tipificar as condutas discriminatórias como contravenções penais. Apesar de haver controvérsias, o mito da democracia racial fora posto abaixo, tornando evidente que a prática de racismo era uma realidade na sociedade e deveria ser combatida a todo custo.”

²⁶ Ibid. p. 67.

4.1. Lei 7.716/89, suas aplicações e tipos penais

Neste subtópico, propõe-se discutir brevemente a respeito das aplicações penais da Lei Caó, nº 7.716/89. Para isso, é preciso compreender bem sobre os tipos penais centrais que abordam o racismo no ordenamento jurídico do nosso país, que se seguem: Injúria racial, disposta no Art. 140, parágrafo 3º do Código Penal, seguido do Crime de Racismo, disposto na Lei nº 7.716/89, localizado notadamente no Art. 20.

A Injúria racial como crime é prevista, conforme citada acima, no Art. 140, parágrafo 3º do Código Penal. Foi inserida em 13 de maio de 1997, pela Lei nº 9.459, e depois alterado pela Lei nº 10.741, datada em 1 de outubro de 2003²⁷:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:
 Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.
 § 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:
 I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;
 II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.
 § 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:
 Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.
 § 3º - Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003).
 Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997).

A Injúria racial se encontra disposta no Capítulo V do Código Penal, juntamente com crimes contra a honra, difamação e calúnia. Porém, quando se trata de um crime contra a honra, é preciso uma atenção maior sobre o conceito, pois, como aponta Nucci, “honra não pode ser vista de um conceito fechado, mas sempre dependente do caso concreto e do ângulo que está se adotando”²⁸.

Dessa forma, o crime de honra pode atingir, também, um indivíduo, sua subjetividade, sua visão sobre si dentro da sociedade, no que tange suas particularidades morais, físicas, intelectuais, principalmente interferindo em sua autoestima.

Quanto ao Crime de Racismo, como citado anteriormente neste trabalho, é previsto pela Lei 7.716/89, localizado especificamentet no Artigo 20, e foi criado pelo deputado Carlos

²⁷ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-140>. Acesso em 21 de out. 2019.

²⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. Versão compacta – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 555. 2009.

Alberto Caó, que descreveu como crimes decorrentes do preconceito de raça ou de cor, intentando a criminalização do racismo. Citando na íntegra o referido Artigo²⁹:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo; (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).

Como se pode perceber, o Crime de Racismo é um tipo penal de subsidiariedade, usado quando a prática da conduta não se adequa a nenhum outro tipo penal disposto nessa Lei. Dessa forma, dependendo da doutrina, da jurisprudência ou análise fática, diversas condutas podem ser lidas como Crime de Racismo, já que este é um tipo penal aberto.

Portanto, é fácil confundir o ato de injúria, de ofensa da dignidade ou honra de alguém, respaldado em características da raça, cor, etnia ou origem, com o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, etnia, cor, ou procedência nacional, como veremos adiante com a análise do Caso “Maju” sob a ótica dos mecanismos do racismo.

5 O CASO “MAJU” COUTINHO SOB A ÓTICA DO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL

Quando se fala da ocupação de espaços de poder por mulheres negras, tem-se em mente a pergunta: “Por que, apenas recentemente, nota-se essa presença, ainda que escassa?”. A resposta vem ancorada nas bases históricas racistas que estruturam a sociedade brasileira, deixando resquícios, até hoje, de uma mentalidade colonial e preconceituosa sobre a

²⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em 21 de out. 2019.

representação de pessoas negras. Com base nisso, faz-se uma alusão ao Caso “Maju” Coutinho.

Maria Júlia Coutinho, formada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, chega à Rede Globo em 2007, como repórter em telejornais da região. Em outubro de 2013, torna-se a primeira mulher negra a apresentar a previsão meteorológica da emissora em destaque, nos noticiários do “Bom dia, SP” e “Bom dia, Brasil”. Desde então, destaca-se como a preferida dos internautas, e fica popularmente conhecida como “Maju”. Em junho de 2017, Maju ingressa no Jornal Hoje como âncora.

O caso Maju vem à tona quando, em julho de 2015, a repórter vira alvo de comentários racistas, que se enquadram como Injúria racial e Crime de racismo, em redes sociais tais como Facebook e Instagram. Também houve comentários preconceituosos em uma publicação do Jornal Nacional no Facebook. Esses ataques comoveram a equipe do Jornal Nacional, que levantaram a campanha intitulada “SomosTodosMaju”, obtendo uma grande participação entre aqueles que são contra essas práticas racistas³⁰.

Os comentários eram diversos, tais como: “Não bebo café para não ter intimidade com preto”, “Em pleno 2015 ainda temos preto na TV”, “Tempo branco? Mentira, sua preta”, “Só consegui emprego no JN por causa das cotas preta imunda”, “Essa macaca é tão preta que inundou a minha tv”, “Onde compro essa escrava?”, entre inúmeros outros. Essas ofensas são, antes de tudo, uma expressão do pensamento racista que se constituiu desde o período de escravização, e deixou suas marcas até hoje.

Com base nisso, percebe-se um enorme paradoxo entre o que assegura a Constituição Brasileira (CB), em seu caput do Art. 5º, quando prevê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...”³¹. As ofensas deixam explícita que a igualdade não prevalece na prática, apenas no campo teórico que busca sustentar uma qualificação paliativa de que o Estado age em relação à discriminação racial.

Isso levanta questionamentos sobre a representação de mulheres negras em espaços de destaque, como o meio de telecomunicação. Essa representatividade gera atrito com uma parcela da população que demonstra incômodo pela presença negra, e esses atos corroboram que a questão racial nunca foi levantada como uma discussão realmente séria no âmbito

³⁰ SILVA, Marihá Gonçalves da. **Negras! Somos todas Maju: Um estudo sobre representação e racismo no Jornal Nacional**. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2017.

³¹ Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp. Acesso em 01 de nov. 2019.

público e político da sociedade, visto a pouca representação da raça negra em camadas sociais cujas relações de poder estão sempre em jogo.

5.1. Implicações da Lei 7.716/89 sobre o caso “Maju” Coutinho

Neste subtópico, intenta-se discutir o caso Maju Coutinho à luz da Lei 7.716/89, no que tange os seus aspectos de punibilidade, bem como diferenciar o que, nas ofensas que Maju sofreu, se enquadra como Injúria racial e Crime de racismo, e qual o papel do Ministério Público nessas questões.

Os comentários³² ofensivos foram retirados de *sites* de redes sociais, notadamente:

“Só conseguiu emprego no „Jornal Nacional“ por causa das cotas”. [...] “Não tenho TV colorida para ficar olhando essa preta não” [...] “Em terra de preto, quem come banana é rei” [...] “Escrava filha da puta desgraçada volta para a senzala fugitiva... dois anos no chicote quando teu dono te capturar de volta!!! Preta imunda” [...] Onde compro essa escrava?”.

Em função do ódio perceptível nessas ofensas racistas, foi instaurado um inquérito policial, e, de acordo com a investigação, elas se materializariam como Injúria racial. Ou seja, se qualificaram no Art. 140, § 3º, do Código Penal, ficando previsto que “ Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)”, cuja pena é de um ou três anos de reclusão e multa.

As ofensas se coadunam como injúria qualificada pelo preconceito, pois se destacam características referentes à raça, cor e etnia, como se mostra em “preta imunda”. Vale notar, também, que as ofensas proferidas sobre Maju atingem não só sua honra subjetiva, como o sujeito histórico e coletivo que ela representa.

A partir disso, é importante levantar a crítica sobre se não seria a injúria racial, muitas vezes, um escape para quem pratica o crime de racismo. Traz-se Bitencourt³³ para embasar tal crítica:

O fundamento político da alteração legislativa reside no fato de que a prática de crimes descritos na Lei n. 7.716/1989 (preconceito de raça ou cor) não raro era desclassificada para o crime de injúria. Acreditando na injustiça de muitas dessas desclassificações, o legislador, em sua política criminalizadora, resolveu dar nova

³² Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2015/07/03/maju-coutinho-garota-do-tempo-do-jornal-nacional-e-alvo-de-raci_a_21685916/. Acesso em 01 de nov. 2019.

³³ BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito, 2: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 15. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, p. 377. 2015.

fisionomia às condutas tidas como racistas e definiu-as, com exagerada elevação da sua consequência jurídico-penal.

Dessa forma, a injúria racial como crime trata-se de uma particularidade menos severa, em que o legislador designou para que não se choque com a denominada lei dos crimes de racismo, assim, “para o legislador, é exagerada elevação aos delitos que incidem no crime de racismo.”. Não obstante, a injúria preconceituosa é interpretada como uma prática racista, tal como qualquer outro tipo penal descrito da lei em comento.

Em outra análise possível, ofensas de cunho racista como “Em terra de preto, quem come banana é rei” [...] “Escrava filha da puta desgraçada volta para a senzala fugitiva... dois anos no chicote quando teu dono te capturar de volta!!! Preta imunda”, se encaixam perfeitamente no que é previsto na Lei 7.716/89, Art. 20, § 2º:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. [...]

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).

No Art. 20, § 2º, da Lei 7716/89, cuja pena de prisão é de dois anos a cinco e multa, é possível perceber a procedência do crime no que concerne o uso de mídias sociais para macular a imagem da vítima e depreciar sua dignidade humana, bem como da prática explícita do racismo, presente nos verbos “Praticar, induzir ou incitar”, dispostos no *caput* do Art. 20.

São comentários que devem ser destacados como racismo, devendo ser tratado com mais severidade, já que diz respeito a um crime inafiançável e imprescritível³⁴, disposto no Art 5º da Constituição Federal, inciso XLII, ainda que seja uma lei de aplicabilidade escassa.

Deste modo, encontra-se em desfavor à lei de racismo os Tribunais em sua maioria, optando por classificar o caso aqui analisado unicamente como injúria de caráter racial. Nota-se, ainda assim, como se faz importante a aplicabilidade de maneira eficaz da Lei de racismo, fazendo-se necessário, também, a punição dos praticantes dos crimes de racismo e/ou injúria racial.

Ainda sobre a comprovação de que há medidas combativas garantidas por lei sobre prática do crime de racismo, a Constituição Federal dispõe, no artigo 3º, inciso IV da Carta

³⁴ Art. 5º, XLII, da Constituição Federal, que diz: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de prisão, nos termos da lei.”.

Magna, em relação ao que se intenta defender como objetivo essencial, sendo este o de combater o preconceito racial, que é determinado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”³⁵.

Pontes de Miranda, na lição sobre Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n. 1, de 1969, t. IV/709, diz que “a lei penal tem de inserir regras jurídicas sobre crime de preconceito de raça, para que, no plano do direito penal, não possam ficar sem punição os atos – positivos ou negativos – que ofendem a outrem, porque a acusação se prende ao preconceito de raça”³⁶. Ou seja, a lei precisa agir em punibilidade sobre qualquer discriminação atentatória das liberdades fundamentais e direitos, estabelecendo, assim, normas penais rigorosas.

Nos casos em que a Lei de racismo for aplicada, será ação penal pública incondicionada, de iniciativa do Ministério Público. A competência, no que concerne a apuração e julgamento dos crimes de racismo ou dos crimes de preconceito e discriminação disciplinados pela Lei n° 7.716/89, independente do grupo discriminado, será da Justiça Estadual (JE), visto que o art. 109 da Constituição Federal não ajusta a competência da Justiça Federal (JF) para crimes de racismo, falando, portanto, que a competência da JE se aplicará de forma residual.

A única forma de existir competência da JF será no caso do artigo 109, citado acima, mas localizado dessa vez no inciso V, da Constituição Federal, que versa: “Aos juízes federais compete processar e julgar: [...] – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.”³⁷.

É importante ressaltar que essa competência pela JF também se faz pelo fato de o Brasil ser signatário da Convenção Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em março de 1968, integrada no ordenamento pela promulgação do Decreto n. 65.810/69. Como se pode perceber, o caso Maju não se adequa, visto que não preenche todos os requisitos para que haja competência da JF, mas sim da Justiça Estadual.

No que se relaciona ao concurso de crimes (formal e material) de racismo previstos na Lei 7.716/89 e injúria qualificada por características de raça, cor e etnia, já que são bens jurídicos diferentes, pois o primeiro diz respeito à igualdade e o segundo à honra subjetiva, o

³⁵ Ibid. p. 166.

³⁶ MIRANDA, Pontes de apud SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, p. 48. 2007.

³⁷ BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

caso Maju poderá ser aplicado em ambos elementos. Entretanto, há uma identificação maior com o concurso formal, visto que, conforme o art. 70 do Código Penal³⁸:

Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Com base nessa tipificação, o art. 70 do Código Penal demonstra que a conduta dos agentes se adequam ao mesmo, pois, mediante uma só ação, ocorreu a prática de dois crimes distintos, e a Legislação prevê a aplicação da pena mais grave, ou seja, haveria a necessidade de aplicar a Lei 7.716/89 ao caso Maju.

Há uma aproximação entre as penas de injúria racial e a Lei 7.716/89, que acontece pelo fato de que, mesmo com as distinções de bens jurídicos protegidos (honra e igualdade), ambos os crimes se convergem na prática. Não existe a possibilidade de punir quem impede a entrada de uma pessoa negra em um estabelecimento, sem que se puna severamente quem tem a mesma atitude e a faz através de comentários racistas, agredindo a dignidade humana da pessoa que pretendia entrar no mesmo lugar.

Por fim, discorre-se que o racismo é interpretado como uma prática segregacionista, entretanto, ainda pode ser combatida na sociedade brasileira, desde que haja uma atenção maior à educação básica, desconstruindo e debatendo conceitos historicamente racistas, bem como nas altas instâncias do poder governamental e jurídico.

É mister que os mestres em direito continuem trabalhando continuamente para a efetivação de políticas públicas e sociais que promovam a equidade de direitos e de condições sociais para superação do preconceito racial. Já que têm como um dos objetivos guiar a trajetória do país com o anseio de construir um Estado de direito equilibrado e eficaz, ainda que seja uma batalha diária e contínua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁸ BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

O presente trabalho se propôs, como objetivo geral, suscitar um debate crítico acerca da visibilidade de mulheres negras em lugares representativos de poder, bem como analisar as aplicações da Lei 7.716/89. A pesquisa também faz um levantamento bibliográfico, que permite ao leitor situar-se diante do tema, bem como delinear um raciocínio lógico entre fatos históricos e a contemporaneidade.

É válido destacar, também, que este trabalho levanta questões e reflexões a respeito de uma temática social, com o recorte para o grupo marginalizado de pessoas negras e sua representação em uma sociedade de moldes racistas e coloniais.

Desenvolver a presente pesquisa partiu da urgência em ampliar o leque de estudos sobre a representação de grupos minoritários em espaços de poder, com o recorte de mulheres negras, bem como verificar e analisar a aplicabilidade da Lei 7.716/89 no que compete às práticas racistas, notadamente o caput do Art. 20 da Legislação, e o Art. 140, § 3º do Código Penal, sobre Injúria racial.

Portanto, seu objetivo principal é abordar a representação social de mulheres negras no campo midiático, investigando a aplicabilidade da lei contra crime de racismo e injúria racial nos ataques racistas, por meio de comentários na internet, e tomando como análise a interpretação da lei citada sobre a presença representativa da jornalista Maria Júlia Coutinho no meio televisivo.

Para que isso acontecesse, construiu-se uma breve recapitulação das leis que intentaram abranger as questões étnico-raciais no Brasil; essa recapitulação teve o intuito de comprovar a mentalidade escravista do povo brasileiro, e como as leis, desde o período de escravização, nunca abordaram o combate ao racismo com seriedade e eficácia.

Em seguida, discutiu-se brevemente sobre o processo de criminalização do racismo no Brasil, já pautada no âmbito jurídico, especificamente no âmbito penal. Para isso, é preciso reconhecer as estruturas e instituições que normatizam a violência racial, fazendo com que os corpos negros sejam os algozes da sociedade, bem como alvo dela mesma. O trabalho ainda discute que o Estado tem a maior parcela de culpa na perpetuação do racismo, visto que suas leis não se fazem justas e úteis em sua aplicação.

Com base no que foi retomado, cabe uma reflexão sobre como o Judiciário se mostra indisposto a punir os autores de crimes de racismo, muitas vezes considerando-o, apenas, como injúria racial, o que permite que haja uma punição menos severa. Sendo assim, é necessário perceber como o meio jurídico é seletivo em suas ações, não interferindo em disposições sociais que há muito se ancoram no imaginário racista enraizado.

Espera-se que esta pesquisa, ainda que embrionária, contribua com as reflexões a respeito da (in)eficácia das leis anti-discriminação, assim como o apontamento da falta de políticas públicas que pautem o combate do racismo desde cedo, principalmente em mecanismos de poder como a mídia.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANITUA, Gabriel Ignácio. **Histórias dos Pensamentos Criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito, 2: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 15. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Código de Processo Penal – Decreto-lei nº 2848/40**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-140>. Acesso em 21 de out. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. São Paulo, v.17, n.49. set./dez. 2003.

CIABATTARI, Bianca Bôa Sorte. **Injúria racial e crime de racismo: Histórico e Distinções**. Monografia do Curso de Direito. Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo”. São Paulo. 2016.

FERREIRA, Aline Albuquerque. **O Brasil e o preconceito: uma análise teórica e crítica da Lei nº 7.716/89 frente à realidade brasileira**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35392/o-brasil-e-o-preconceito-uma-analise-teorica-e-critica-da-lei-n-7-716-89-frente-a-realidade-brasileira>. Acesso em: 01 de out. 2019.

GOLDIM, José Roberto (1998). **Eugenia**. UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GUERRA, Elaine Linhares. **Manual da pesquisa qualitativa**. Núcleo EAD. Belo Horizonte, 2010.

LEI Nº 7.716, DE 05 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em 21 de out. 2019.

LUCAS, Naian. **NaTelinha**. Disponível em: natelinha.uol.com.br/televisao/2019/02/13/maria-julia-coutinho-sera-a-primeira-mulher-negra-na-bancada-do-jornal-nacional-124812.php. Acessado em: 24 de fevereiro de 2019.

MACIEL, José Fábio Rodrigues. Ordenações filipinas – considerável influência no direito brasileiro. **Carta Forense**. 04/08/2006. Disponível em: www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas--consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484. Acessado em: 24 de setembro de 2019.

MARTINELLI, Andréa. Maju Coutinho: garota do tempo do Jornal Nacional é alvo de racismo nas redes sociais do programa da Globo. **Huffpost Brasil**. 03/07/2015. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2015/07/03/maju-coutinho-garota-do-tempo-do-jornal-nacional-e-alvo-de-raci_a_21685916/. Acesso em 01 de nov. 2019.

MENDES, Adriano; SIMONI, Felipe. 30 anos da criminalização do racismo no Brasil: lutar pra avançar!. **Revista Movimento**. 07/01/2019. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/01/30-anos-da-criminalizacao-do-racismo-no-brasil-lutar-para-avancar/>. Acesso em 20 de out. 2019.

MIRANDA, Pontes de apud SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, p. 48. 2007.

NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos**. Brasília: 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. Versão compacta – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo** [S.l.], v. 83, n. ja/dez. 1988, p. 135-90, 1988.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo et al. **Legislação penal especial, volume 2. 3ª edição**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e discriminação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

SANTOS, Elaine de Melo Lopes dos. **Racismo e injúria racial sob a ótica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. 95 f.. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Amaury; SILVA, Artur Carlos. **Crimes de racismo**. Leme: J.H. Mizuno, 2012.

SILVA, Marihá Gonçalves da. **Negras! Somos todas Maju: Um estudo sobre representação e racismo no Jornal Nacional**. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2017.

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **Da criminalização do racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.